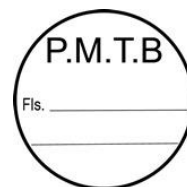




MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

1. PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - Paraná, inscrita no CNPJ sob n.76.170.240/0001-04, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, bairro Centro, Telêmaco Borba, torna pública a realização de procedimento do **CHAMAMENTO PÚBLICO** nº 01/2018, para fins de **CRENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS E HOSPITAIS VETERINÁRIOS**, interessados em participar dos serviços de implantação de chip de identificação, controle da população canina e felina de animais do município de Telêmaco Borba e eutanásia, em conformidade aos termos do presente Chamamento, tendo como objeto os seguintes serviços:

IMPLANTAÇÃO DE MICROCHIP DE IDENTIFICAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO CANINA E FELINA E EUTANÁSIA

Poderão aderir ao presente Chamamento às instituições cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto do Chamamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos; regularmente estabelecidas no País; e que satisfaçam as condições deste Chamamento.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo o **Credenciamento de Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários**, que poderão ser chamados a firmar contrato com o Município de Telêmaco Borba, para prestação de serviços de implantação de microchip, esterilização canina e felina de animais de Telêmaco Borba e eutanásia, sem caráter de exclusividade, conforme este Edital e seus anexos.

2. DA RETIRADA DO EDITAL E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

2.1. Este Chamamento e seus Anexos podem ser obtidos através do site da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba no seguinte endereço eletrônico: <http://www.telemacoborba.pr.gov.br>, ou através de dispositivo eletrônico (Pen Drive ou CD) na Divisão de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, no horário entre 8h00m e 11h30m e 13h00m e 17h30m, nos dias úteis.

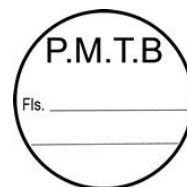
2.2. Os esclarecimentos poderão ser solicitados através do endereço de e-mail: pregaopresencial@pmtb.pr.gov.br ou através do Protocolo Geral da Prefeitura de Telêmaco Borba sito à Praça Horácio Klabin, 37, Centro.

2.3. As comunicações dirigidas por meio eletrônico ao representante da interessada suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

3. DO CREDENCIAMENTO



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

3.1. A empresa interessada em aderir ao CREDENCIAMENTO de que trata o presente Chamamento deverá apresentar no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, situado à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, entre 8h as 11h30m e das 13h às 17h30min, enquanto vigente o presente Chamamento, em envelope fechado, com as seguintes inscrições no anverso do envelope:

À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA
PRAÇA DR HORACIO KLABIN, 37 - CENTRO.
CEP 84260-170 – TELÊMACO BORBA – PR
CHAMAMENTO N° 01/2018
CREDENCIAMENTO
NOME E CNPJ:

3.2. A proposta de adesão e os documentos serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação na **Divisão de Licitações, situada à Rua Tiradentes, 500, Centro, Telêmaco Borba, PR – CEP 84261-240.**

3.3. Estando regular e em conformidade com o Chamamento, a Comissão emitirá parecer favorável para fins de formalização pelo setor competente do Processo de Credenciamento através de Inexigibilidade de Licitação.

3.4. Havendo irregularidade documental ou desconformidade com o Chamamento, a Comissão emitirá parecer desfavorável ao Credenciamento.

3.5. A súmula do parecer da Comissão será publicada no Boletim Oficial do Município para fins de publicidade legal.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo de **Credenciamento** Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários situados em Telêmaco Borba, que atendam a todas as exigências constantes deste **Edital** e seus **Anexos**.

4.2. Poderão credenciar-se as empresas que realizem os serviços de microchipagem, castração e eutanásia;

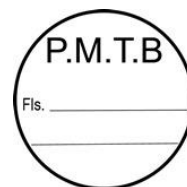
4.3. Não poderão participar do processo de Credenciamento as Empresas ou Sociedades que:

- a) Não realizem os serviços de microchipagem, castração e eutanásia.
- b) Tenham sua falência/recuperação de crédito ou insolvência declarada por sentença judicial.
- c) Estejam constituídas sob forma de consórcio, ou seja, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Federal, Estadual ou Municipal.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

- e) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração, por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal.
- f) Possuam incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, conforme estabelece o entendimento constante no Acórdão 2745/10 – TCE/PR e no prejudgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado no AOTC 229 de 11/12/2009, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o nepotismo.
- g) Estão inseridos no conceito de incompatibilidade o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade contratante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, de chefia ou de assessoramento.

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO

5.1. Para o Credenciamento, os(as) requerentes deverão satisfazer aos requisitos relativos à Habilitação Jurídica, Regularidades Fiscal/Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica e Proposta, apresentada em envelope devidamente lacrado toda a documentação abaixo:

5.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de todas as suas alterações ou da última alteração com a respectiva consolidação devidamente registrada, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria ou contrato consolidado;
- b) Declaração que não emprega menor – Anexo III;
- c) Declaração de não parentesco e quadro societário – Anexo III;
- d) Declaração de idoneidade – Anexo III.

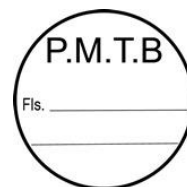
5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade fiscal mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da empresa;
- e) Prova de regularidade fiscal quanto a dívidas perante o Município sede da proponente, ou equivalente, na forma da Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de pedido de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em plena validade.

5.1.4. Qualificação Técnica:

- a) Prova do registro da Clínica ou do Hospital Veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária;
- b) Licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado, com validade de 01(um) ano.

5.1.5. Proposta contendo as seguintes informações:

- a) Descrição dos serviços, e seus detalhamentos em conformidade com as especificações deste Chamamento;
- b) Descrição dos valores detalhados conforme descritos neste Chamamento;
- c) Razão Social, endereço, CNPJ;
- d) Número do Chamamento;
- e) Os preços propostos deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais após a vírgula (0,00), deverão estar inclusas todas as despesas, tributos de qualquer natureza, bem como os encargos trabalhistas e sociais, fretes ou outros valores de natureza direta ou indireta, necessários à plena execução do objeto do Chamamento, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou quaisquer outras despesas;
- f) Prazo de validade da proposta de no **mínimo 90 (noventa) dias**.

5.1.6. A Proposta de Adesão ao Credenciamento deverá ser impressa, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, rubricada preferencialmente pelo representante legal em todas as folhas e assinada na última, acompanhada dos seguintes documentos:

5.2. Os documentos deverão possuir prazo de validade em vigor, ou quando não constar tal prazo, expedidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de protocolo do envelope.

5.3. Os documentos necessários para o Credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou publicação em órgão de imprensa oficial.



Secretaria Municipal de Administração

5.4. Ao protocolar seu pedido para o Credenciamento, a empresa aceita e se obriga a cumprir todos os termos deste Chamamento.

5.5. Não será aceito proposta:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Chamamento;
- b) Que contiverem vícios, omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar a compreensão e que não sejam passíveis de solução através de diligências;
- c) Não contemplando as todas as exigências estabelecidas neste Chamamento;
- d) Com preço superior aos valores máximos fixados no presente Chamamento;
- e) Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas; ou subsídios não autorizados em lei; isenção de tributos em desacordo com norma jurídica aplicada a contratação; ou ainda aquelas em desacordo com este Chamamento;

5.6. A apresentação da proposta implicará no compromisso de:

- a) Possuir amplo conhecimento e total concordância com os termos do Chamamento, encargos gerais, especificações, quantitativos e condições para execução do objeto deste, sujeitando-se a fiscalização da Contratante;
- b) Possuir capacidade operacional, técnica e financeira de execução do objeto;
- c) Pleno cumprimento das obrigações contratuais.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO

6.1. O presente chamamento permanecerá aberto permanentemente até disposição contrária.

6.2. O contrato oriundo do credenciamento será de 12 (doze) meses, para execução e vigência, a partir da data de assinatura do documento, podendo ser prorrogável por igual e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

7. DOS QUANTITATIVOS

7.1. As quantidades estimadas de serviços anual se dividem conforme segue:

Microchipagem: 800 (oitocentos);

Castração felina em macho: 120 (cento e vinte);

Castração felina em fêmea: 240 (duzentos e quarenta);

Castração canina em fêmea: 240 (duzentos e quarenta);

Castração canina em macho: 180 (cento e oitenta);

Eutanásia: 300 (trezentos).

7.2. Os quantitativos podem variar de acordo com o orçamento anual para este fim, sendo que serão divididos em quantidades iguais entre todos os credenciados, salvo em situações onde o credenciado não possuir estrutura física/profissional para a realização de quantitativos superiores a demanda do Município.



Secretaria Municipal de Administração

8. DOS SERVIÇOS

8.1. Microchipagem de Caninos e Felinos:

8.1.1. Consiste na técnica de implantar dispositivo eletrônico sob a pele do animal de forma rápida e indolor;

8.1.2. A Contratada após receber a liberação via sistema para a realização da microchipagem, deverá entrar em contato com o proprietário do animal agendando horário e data para a realização do procedimento;

8.1.3. A microchipagem deverá ser executada na data e horário definidos, salvo em situações que o animal passara também pelo procedimento de castração, devendo neste caso respeitar os procedimentos de castração;

8.1.4. A Contratada deverá efetuar a implantação de microchip nos animais que ainda não foram microchipados e registrá-los no Sistema de Identificação e Registro de Animais da América Latina (SIRAA), no site www.siraa.net e atualizar as informações junto ao sistema do Município.

8.2. Castração de Caninos e Felinos:

8.2.1. Consiste na técnica de castração (esterilização) através de procedimento cirúrgico (Ovariosalpingo-Histerectomia/Orquiectomia), com o objetivo do animal não se reproduzir;

8.2.2. Os animais encaminhados para a cirurgia de castração deverão ser examinados para verificar sua condição de aptos ou não aptos a cirurgia;

8.2.3. Deverá ser realizado hemograma completo para as fêmeas caninas, para afastar o risco de complicações cirúrgicas por deficiência paqueraria e/ou outras anomalias que possam ser identificadas por meio do exame;

8.2.4. A realização do procedimento de castração não poderá ser superior a dez dias após a realização do exame e consequentemente resultado;

8.2.5. Nos casos em que o médico veterinário verificar a inaptidão do animal para a cirurgia de castração, deverá devolver o mesmo ao proprietário com uma Declaração de Inaptidão, na qual deverá constar o motivo de tal diagnóstico, alimentando o sistema interno municipal com as informações necessárias;

8.2.6. O transporte dos animais encaminhados para a castração é de responsabilidade dos respectivos tutores, bem como a aquisição de medicamentos e colar elisabetano no pós-operatório do animal;

8.2.7. A Contratada após receber a liberação via sistema para a realização da castração, deverá entrar em contato com o tutor do animal agendando horário e data para a realização do procedimento e informar dos itens que deverão acompanhar o animal;

8.2.8. Estando agendado a castração, a Contratada deverá internar o animal imediatamente após sua chegada e realizar o procedimento cirúrgico em no máximo 12 (doze) horas do internamento;



Secretaria Municipal de Administração

8.2.9. O animal deverá ser devolvido ao tutor em no máximo 12 (doze) horas após a castração, salvo em situações de complicações cirúrgicas dos animais castrados ou quando o animal for de rua, onde neste último caso deverá aguardar 24 horas após a cirurgia para a liberação ao tutor;

8.2.10. Em caso de complicações cirúrgicas, se o animal não apresentar condições para liberação, os custos com internação e medicamentos gerados após 24 horas da cirurgia deverão ser arcados pelos tutores;

8.2.11. Os tutores devem levar a clínica/hospital o colar elisabetano adquirido anteriormente e uma manta ou cobertor para que o animal possa ser aquecido no período pós-operatório. Caso o tutor não compareça com esses 2 (dois) itens em mãos junto com seu animal, a clínica/hospital poderá recusar a castração ou definir mecanismo alternativo;

8.2.12. As clínicas e hospitais deverão realizar nos animais castrados, sutura de pele com pontos simples separados com fio absorvível;

8.2.13. Será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o procedimento cirúrgico, retorno para retirada dos pontos;

8.2.14. Após o procedimento cirúrgico e recuperação do animal emitir recibo da devolução do animal em seu local de origem com assinatura de seu responsável, todavia o mesmo que realizou o cadastro junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

8.2.15. Fornecer receituário, no momento da alta do animal, com orientações e prescrições médicas necessárias para o período pós-operatório, que será entregue para o responsável do animal, o mesmo responsável que fez o cadastro no animal, deverá assinar o recibo de devolução do animal.

8.3. Eutanásia em caninos e felinos

8.3.1. Consiste no sacrifício de animais em estado terminal decorrentes de doenças irreversíveis e em casos extremos de acidentes com os animais.

9. DOS VALORES

9.1. Os serviços serão prestados de forma gratuita para a população, sendo que as empresas CONTRATADAS e contratadas receberão, a título de pagamento pela execução dos serviços, os seguintes valores:

9.1.1. Microchipagem canina e felina: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

9.1.2. Castração felina em macho: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais);

9.1.3. Castração felina em fêmea: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);

9.1.4. Castração canina em macho: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);

9.1.5. Castração canina em fêmea: R\$ 300,00 (trezentos reais);

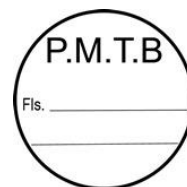
9.1.6. Eutanásia: R\$ 100,00 (cem reais).

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

10.1. As despesas serão cobertas pela referência de dotação resumida 301, dotação orçamentária 08.004.2124.0015.0452.1503, elemento de despesa 3.3.90.39.99, fonte de recurso 501 – do orçamento vigente da Secretaria Municipal e das dotações correspondentes do exercício subsequente no caso de aditamentos de prazo para os serviços dos agentes arrecadadores.

11. FORMAS E PRAZOS DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, através de relatório emitido e juntado a nota fiscal do serviço do mês anterior;

11.2. O fiscal do contrato realizara a conferencia das autorizações e execuções dos serviços com o relatório e nota fiscal do credenciado;

11.3. Estando correta as quantidades e valores, será chancelado e encaminhado para assinatura do Gestor do contrato e em seguida encaminhado para o setor de pagamentos.

11.4. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias da entrega do relatório e da nota fiscal, exceto quando haver a necessidade de correção no relatório ou na nota fiscal, devendo ser iniciado a contagem dos prazos após regularização da questão.

12. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

12.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, é admissível recurso de reconsideração, por escrito, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da decisão da Comissão no Boletim Oficial do Município.

12.2. Os recursos deverão ser protocolados pelo proponente ou seu representante legal na Seção de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba - PR localizado à Praça Dr. Horácio Klabin, 37 – Centro.

12.3. Tempestivo o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado ao chefe do Poder Executivo para deliberação.

12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará ou não o procedimento.

13. HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. O credenciamento será homologado mediante regular atendimento das exigências e obrigações descritas no neste Chamamento, a critério da Administração.

13.2. Não sendo homologado o credenciamento, caberá à autoridade competente, fundamentadamente, decretar a decisão, dando publicidade do referido ato no Boletim Oficial do Município.

13.3. Homologado o credenciamento, a(s) empresa(s) será(ão) contratada(s) através de processo de Inexigibilidade de acordo com o instrumento padronizado nos termos do Anexo IV.



Secretaria Municipal de Administração

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão do contrato será efetuada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos e a fiscalização do(s) contrato(s) será efetuado pelo Chefe da divisão de Serviços Públicos.

14.2. Para fins de prestação de contas e transparência o Gestor e Fiscal do contrato publicará mensalmente a relação dos munícipes/instituições atendidas pelos serviços, os animais, empresa e o procedimento realizado no animal.

15. DO DESCREDENCIAMENTO

O **DESCREDENCIAMENTO** poderá ocorrer quando:

15.1. O CREDENCIADO:

15.1.1. Solicitar mediante apresentação de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.2. A ADMINISTRAÇÃO:

15.2.1. Constatar qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente.

15.3. À Administração Municipal fica assegurado o direito de no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento e contratos dele oriundos, sem que caibam aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O gestor e fiscal da contratação deverá publicar mensalmente relatório com os serviços executados no mês anterior, disponibilizando nome do animal, tutor, procedimento realizado e local de realização do serviço.

16.2. Os serviços de microchipagem e castração para fins de facilitar ao usuário do serviço deverão ser realizados na mesma clínica, não sendo permitido o credenciamento de empresa para apenas um dos serviços.

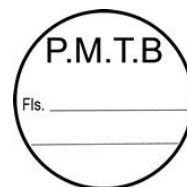
16.3. A Comissão Permanente de Licitação não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Chamamento obtidas por meio de terceiros.

16.4. As empresas, após a publicação oficial deste Chamamento, ficarão responsáveis pelo acompanhamento no site www.telemacoborba.pr.gov.br das eventuais republicações e/ou retificações do Chamamento ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudança no prazo de credenciamento.

16.5. A CONTRATADA deverá respeitar todas as exigências legais para o seu pleno funcionamento de acordo com o ramo de exploração de atividade econômica, ainda que os documentos que comprovem tal(is) regularidades(s) não sejam critérios de habilitação neste processo de Credenciamento.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

16.6. Caso existam exigências legais para o objeto, não previstas neste instrumento convocatório, a Administração poderá, a qualquer momento solicitar a comprovação de regularidade da propensa interessada ou após o credenciamento da CONTRATADA.

16.7. A empresa será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento de credenciamento e da consequente contratação, sob as penas da lei.

16.8. É facultado ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase do credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

16.9. O(a) Presidente da Comissão reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

16.10. A autoridade competente poderá revogar, anular ou transferir o presente credenciamento em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.11. Independente de declaração expressa, a simples participação neste credenciamento implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Chamamento, decaindo do direito de impugnar os seus termos a Empresa que, o tendo aceitado sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

16.12. Considerando que a empresa a ser CONTRATADA possui qualificação técnica e capacidade para execução do objeto do presente credenciamento, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a vigência do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constitui a documentação referente a este objeto, como pretexto para pretender cobrar materiais/equipamentos e/ou serviços ou alterar a composição dos preços unitários.

16.13. As quantidades máximas definidas neste Edital poderão sofrer alterações decorrentes de ações, programas ou surtos que por ventura venham a ocorrer posteriormente a publicação deste chamamento.

16.14. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que decidirá, com base na legislação vigente.

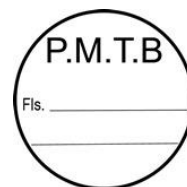
16.15. Na hipótese de divergência entre este Chamamento e quaisquer condições apresentadas pelas empresas, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Chamamento e dos documentos que o integram.

16.16. Para todas as referências de tempo contidas no presente Chamamento será observado o horário oficial de Brasília.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

16.17. Em caso de reajuste de preços nos serviços contratados neste Edital, será mediante utilização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e regras definidas na minuta de contrato de arrecadação;

16.18. A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade em relação as informações decorrentes da execução do contrato de credenciamento, estando sujeito as sanções e penalidades previstas em lei;

16.19. A CONTRATADA deverá efetuar a implantação de microchip nos animais que ainda não foram microchipados e registrá-los no Sistema de Identificação e Registro de Animais da América Latina (SIRAA), no site www.siraa.net e atualizar as informações no sistema do Município.

16.20. A CONTRATADA deverá cumprir, durante a execução dos serviços, todas as normas federais, estaduais e municipais;

16.21. A CONTRATADA deverá orientar o munícipe quanto à guarda responsável de animais domésticos, assim como as zoonoses de importância em saúde pública;

16.22. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no exercício de suas atividades, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados à Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba ou a terceiros;

16.23. A CONTRATADA deverá entregar o animal castrado ao proprietário com orientações pós-operatórias, no qual deverá constar meio de contato para o caso de haver complicações;

16.24. A CONTRATADA só poderá entregar o animal castrado ao proprietário quando o animal estiver completamente recuperado da anestesia, e deverá estar limpo, sem resquícios de sangue ou secreções. O banho após a castração não é permitido.

16.25. A CONTRATADA deverá entregar receituário com medicamentos para o período pós-operatório, oferecendo várias opções de medicamentos para que o proprietário possa realizar pesquisa de preços.

16.26. O servidor público ou munícipe que se sentir prejudicado pela CONTRATADA, poderá denunciar a irregularidade verificada na prestação dos serviços através do telefone 0800 42 3020 da Ouvidoria Municipal ou através do Protocolo Geral do Município;

16.27. Em casos de campanhas de castração e microchipagem de animais o Município poderá solicitar a participação dos proprietários de animais a palestras de orientação à guarda responsável de animais domésticos, assim como as zoonoses de importância em saúde pública;

17. Integram o presente Chamamento, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência.

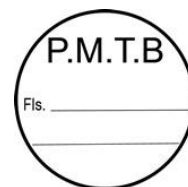
Anexo II – Modelo de Proposta de Adesão ao Credenciamento.

Anexo III – Modelo de Declaração que não emprega menor; Modelo de Declaração de não parentesco e quadro societário; Modelo de Declaração de idoneidade.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração



Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato.

Fica eleito o Foro da Comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Telêmaco Borba, 25 de junho de 2018.

Marciano Moleta
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de implantação de microchip, eutanásia e esterilização canina e felina de animais de Telêmaco Borba, sem caráter de exclusividade, conforme especificações, quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras em anexo e descrição abaixo.

1.2. Descrição do Objeto/ Especificações Técnicas:

1.2.1. As Normas (ABNT, NR's), manual ou Instruções informadas fazem parte integrante da descrição, as quais deverão ser observadas e executadas pelo Contratado, independente de transcrição no presente Termo:

- Guia Brasileiro de Boas Práticas para Eutanásia em animais – Conselho Federal de Medicina Veterinária – 2013.

1.3. DOS CONCEITOS

1.3.1. Animais Soltos: Todo e qualquer animal errante, encontrado sem nenhum processo de contenção;

1.3.2. Animais de Comunidade: aqueles animais domésticos sem domicílio definido ou responsável identificado, que encontram o seu bem-estar em uma determinada comunidade de uma determinada região/local;

1.3.3. Animais Vulneráveis: todo e qualquer animal que está em situação de risco, em decorrência de doenças, vítima de maus tratos, soltos e de comunidade.

1.3.4. Baixa Renda: aqueles que estejam regularmente inscritos no Cadastro Único do Governo Federal como baixa renda;

1.3.5. Bem-estar Animal: garantia de atendimento as necessidades físicas, naturais, mantendo um manejo etológico de qualidade onde as necessidades fisiológicas sejam atendidas de forma coerente e respeitosa, garantindo qualidade mínima de vida;

1.3.6. Caninos: Cão, Cachorro, independente do sexo.

1.3.7. Castração: técnica de esterilização através de procedimento cirúrgico (Ovariosalpingo-Histerectomia/Orquiectomia), com o objetivo do animal não se reproduzir;

1.3.8. Entidades Protetoras de Animais: Instituição regimentalmente constituída sem fins lucrativos com o objetivo de cuidado e proteção a animais

1.3.9. Eutanásia: ato de proporcionar morte sem sofrimento a um animal doente atingido por afecção incurável ou acidente que produz dores intoleráveis

1.3.10. Felinos: Gatos, independente do sexo;

1.3.11. Microchipagem: técnica de implantar dispositivo eletrônico sob a pele do animal de forma rápida e indolor;



Secretaria Municipal de Administração

1.3.12. Protetores Individuais de Animais: Pessoas da comunidade que através de recursos próprios buscam o cuidado e a proteção a animais;

1.3.13. Tutor Responsável: Pessoa encarregada legalmente ou judicialmente de cuidar e zelar pelo bem-estar do seu animal.

1.4. DOS SERVIÇOS

1.4.1. Os serviços deverão ser solicitados diretamente ao setor competente do Município, onde o servidor responsável pela liberação deverá alimentar o sistema informatizado do Município para fins de controle e publicidade das liberações.

1.4.2. Os serviços contratados serão prioritariamente para atender a demanda de caninos e felinos errantes e vulneráveis, porém, os serviços poderão ser estendidos a tutores, entidades protetoras de animais e protetores individuais de animais, desde que atendidos os critérios estabelecidos para cada um.

1.4.3. Microchipagem de Caninos e Felinos:

1.4.3.1. Consiste na técnica de implantar dispositivo eletrônico sob a pele do animal de forma rápida e indolor;

1.4.3.2. A Contratada após receber a liberação via sistema para a realização da microchipagem, deverá entrar em contato com o proprietário do animal agendando horário e data para a realização do procedimento;

1.4.3.3. A microchipagem deverá ser executada em datas e horários definidos, salvo em situações que o animal passara também pelo procedimento de castração, devendo neste caso respeitar os procedimentos de castração;

1.4.3.4. A Contratada deverá efetuar a implantação de microchip nos animais que ainda não foram microchipados e registrá-los no Sistema de Identificação e Registro de Animais da América Latina (SIRAA), no site www.siraa.net e atualizar as informações junto ao sistema do Município.

1.4.4. Castração de Caninos e Felinos:

1.4.4.1. Consiste na técnica de castração (esterilização) através de procedimento cirúrgico (Ovariosalpingo-Histerectomia/Orquiectomia), com o objetivo do animal não se reproduzir;

1.4.4.2. Os animais encaminhados para a cirurgia de castração deverão ser examinados para verificar sua condição de aptos ou não aptos a cirurgia;

1.4.4.3. Deverá ser realizado hemograma completo para as fêmeas caninas, para afastar o risco de complicações cirúrgicas por deficiência plaquetária e/ou outras anomalias que possam ser identificadas por meio do exame;

1.4.4.4. A realização do procedimento de castração não poderá ser superior a dez dias após a emissão do resultado do hemograma realização do exame e consequentemente resultado;



Secretaria Municipal de Administração

1.4.4.5. Nos casos em que o médico veterinário verificar a inaptidão do animal para a cirurgia de castração, deverá devolver o mesmo ao proprietário com uma Declaração de Inaptidão, na qual deverá constar o motivo de tal diagnóstico, alimentando o sistema interno municipal com as informações necessárias;

1.4.4.6. O transporte dos animais encaminhados para a castração é de responsabilidade dos respectivos tutores, bem como a aquisição de medicamentos e colar elisabetano no pós-operatório do animal;

1.4.4.7. A Contratada após receber a liberação via sistema para a realização da castração, deverá entrar em contato com o tutor do animal agendando horário e data para a realização do procedimento e informar dos itens que deverão acompanhar o animal;

1.4.4.8. Estando agendada a castração, a Contratada deverá internar o animal imediatamente após sua chegada e realizar o procedimento cirúrgico em no máximo 12 (doze) horas do internamento;

1.4.4.9. O animal deverá ser devolvido ao tutor em no máximo 12 (doze) horas após a castração, salvo em situações de complicações cirúrgicas dos animais castrados ou quando o animal for de rua, onde neste último caso deverá aguardar 24 horas após a cirurgia para a liberação ao tutor;

1.4.4.10. Em caso de complicações cirúrgicas: se o animal não apresentar condições para liberação, os custos com internação e medicamentos gerados após 24 horas da cirurgia deverão ser arcados pelos tutores.

1.4.4.11. Os tutores devem levar a clínica/hospital o colar elisabetano adquirido anteriormente e uma manta ou cobertor para que o animal possa ser aquecido no período pós-operatório. Caso o tutor não compareça com esses 2 (dois) itens em mãos junto com seu animal, a clínica/hospital poderá recusar a castração ou definir mecanismo alternativo;

1.4.4.12. As clínicas e hospitais deverão realizar nos animais castrados, sutura de pele com pontos simples separados com fio inabsorvível;

1.4.4.13. Será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o procedimento cirúrgico, retorno para retirada dos pontos.

1.4.4.14. Após o procedimento cirúrgico e recuperação do animal emitir recibo da devolução do animal em seu local de origem com assinatura de seu responsável, todavia o mesmo que realizou o cadastro junto a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

1.4.4.15. Fornecer receituário, no momento da alta do animal, com orientações e prescrições médicas necessárias para o período pós-Operatório, que será entregue para o responsável do animal, o mesmo responsável que fez o cadastro do animal deverá assinar o recibo de devolução do animal;

1.4.4.16. Caberá à clínica veterinária ou hospital veterinário orientar e entregar por escrito ao responsável pelo animal as recomendações pós-operatórias, a saber:



Secretaria Municipal de Administração

- (1) Acomodação e alojamento do animal no período de recuperação e restabelecimento cirúrgico;
- (2) Orientação de cuidados de enfermagem e curativos para prevenir a deiscência de pontos ou contaminação da ferida cirúrgica;
- (3) Prescrição de antibióticos e analgésicos e de medicamentos complementares, quando for o caso;
- (4) Retorno para a realização de curativo e para retirada de pontos e/ou suturas ou em conformidade com a avaliação do Médico Veterinário responsável pelo procedimento.

1.4.4.17. Nos casos em que o animal não for considerado apto à realização do procedimento cirúrgico por causas mórbidas, a contratada deverá informar à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que disponibilizará a vaga a outro animal.

1.4.5. Eutanásia em caninos e felinos

1.4.5.1. Consiste no sacrifício de animais em estado terminal decorrentes de doenças irreversíveis e em casos extremos de acidentes com os animais.

1.5. DOS MATERIAIS E MEDICAMENTOS

1.5.1. Todos os materiais e medicamentos utilizados no procedimento são de responsabilidade da contratada e deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, com indicação de uso aos procedimentos realizados.

1.6. DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.6.1. Tutor Responsável:

1.6.1.1. O Tutor Responsável realizará no site do Município, na aba Serviços, o pedido dos serviços, preenchendo os dados solicitados no cadastro específico;

1.6.1.2. O cadastro do animal entrará em uma fila de liberação, onde de acordo com os dados preenchidos será analisada a prioridade para a liberação dos serviços conforme solicitado, podendo ser microchipagem e/ou castração.

1.6.1.3. A fila terá como prioridade os animais em risco (vulneráveis).

1.6.1.4. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos realizará a triagem eletrônica do pedido, e em caso de deferimento será realizado eletronicamente, devendo o tutor acompanhar a fila;

1.6.1.5. Em caso de indeferimento temporário, será informado o motivo afim do tutor corrigir ou adicionar informações;

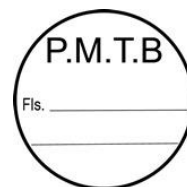
1.6.1.6. A liberação para realização do procedimento ficará válida por 30 (trinta) dias e em caso da não realização do procedimento, o animal retornará para o final da fila.

1.6.2. Entidades Protetoras de Animais



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

1.6.2.1. As entidades protetoras de animais situadas no Município de Telêmaco Borba, sem fins lucrativos, que estejam devidamente constituídas nos termos da lei civil, cuja função precípua seja a proteção animal, poderão realizar parceria com o município, promovendo o cadastro na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

1.6.2.2. Para efetuar o cadastro, as entidades protetoras interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

1.6.2.3. Cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica, bem como as últimas alterações;

1.6.2.4. Comprovante de endereço da entidade protetora;

1.6.2.5. Cadastro nacional de pessoa jurídica;

1.6.2.6. Qualificação do responsável legal, apresentando a cópia do RG, CPF, endereço, contato telefônico e e-mail;

1.6.2.7. Após a regular cadastramento, as entidades protetoras poderão participar dos serviços de microchipagem e castração de caninos e felinos, devendo observar os mesmos procedimentos do Tutor Responsável, optando pelo cadastro específico de Entidades Protetoras de Animais;

1.6.2.8. Os cadastros terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante atualização de documentos.

1.6.3. Protetores Individuais de animais

1.6.3.1. Os Protetores Individuais de Animais residentes no Município de Telêmaco Borba, que reconhecidamente, estejam efetuando trabalhos de proteção animal, utilizando de recursos próprios para manutenção dos animais, poderão realizar parceria com o município, promovendo o cadastro na Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

1.6.3.2. O reconhecimento dos protetores individuais será realizado por meio da Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos, onde comprovará por meio de declaração ou atestado que o protetor individual realiza reconhecidamente serviços de proteção animal com o objetivo claro de cuidado com os animais vulneráveis;

1.6.3.3. Para efetuar o cadastro, os protetores individuais deverão apresentar a seguinte documentação:

1.6.3.4. Atestado ou declaração de reconhecimento assinada pelo responsável pela Entidade ou Clínica/Hospital Veterinário;

1.6.3.5. Comprovante de endereço do protetor individual;

1.6.3.6. Cópia do RG, CPF, endereço, contato telefônico e e-mail;

1.6.3.7. Após a regular cadastramento, os protetores poderão participar dos serviços de microchipagem e castração de caninos e felinos, devendo observar os mesmos procedimentos do Tutor Responsável, optando pelo cadastro específico de Protetores Individuais de Animais;

1.6.3.8. Os cadastros terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante atualização de documentos.



Secretaria Municipal de Administração

1.6.4. A Entidade Protetoras de Animais e o Protetor Individual de Animais que se cadastrarem na Secretária de Obras e Serviços Públicos, serão responsabilizados civil, criminal e administrativamente pelas informações falsamente prestadas, bem como acarretará na retirada do cadastro.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação dos serviços se faz necessária para auxiliar o Município no controle populacional de cães e gatos em áreas urbanas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os serviços a serem executados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

Para a execução dos serviços objeto deste Termo deverá ser observado o seguinte:

4.1. Forma de Execução:

(X) Execução contínua, com início em até (5) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviços.

4.2 Local de execução dos serviços

4.2.1 Os serviços serão prestados nas dependências das clínicas veterinárias e/ou do hospital veterinário contratados, com data agendada.

4.3 Prazo de Execução dos serviços

4.3.1 (12) meses Prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo de 60 meses.

4.4 Qualificação técnica? (x) sim () não aplicável

4.4.1. Prova do registro da Clínica ou do Hospital Veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária;

4.4.2. Licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado, com validade de 01(um) ano.

5. VALOR ESTIMADO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O VALOR MÁXIMO ESTIMADO para esta contratação é de: R\$ 230.200,00.

5.2 A contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

5.3 Deverá recolher todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

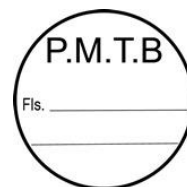
5.4 O pagamento será através de transferência bancária.

5.5 Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

5.6 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do Contrato.

5.7 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização dos serviços ou do documento fiscal, a depender do evento.

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O objeto será recebido:

a) Provisoriamente um (1) dia após a conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação se os serviços executados estão em conformidade com as especificações do Contratante. Caso os serviços não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo, a CONTRATADA assume a obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **(7) dias corridos**, os serviços em desconformidade com as especificações ou sem qualidade.

b) Definitivamente, pelo gestor do Contrato, mediante emissão de documento de aceitação, após o prazo de recebimento provisório, desde que os serviços tenham sido executados em conformidade as especificações do Contratante ou tenha sido devidamente adequado, observado o disposto no art. 69 da Lei 8666/93.

6.1.1 A administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

6.1.2 O não cumprimento do item anterior acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital.

7. DEVERES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

7.1.A CONTRATADA obriga-se a:

7.1.1. Fornecer mão de obra, materiais, medicamentos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

7.1.2. Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, a quantidade e os prazos exigidos neste Termo de Referência e no edital.

7.1.3. Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante.

7.1.4. Responder por quaisquer perdas e danos causados por seus funcionários, ainda que involuntariamente, a instalações do prédio, mobiliário, máquinas, equipamentos e demais bens.

7.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pelo contratante.

7.1.6. Atender prontamente as solicitações da contratante.

7.1.7. Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação.



Secretaria Municipal de Administração

7.1.8. Manter-se durante todo o período de execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.9. Não transferir, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da contratante.

7.1.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.1.11. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

7.2. O CONTRATANTE obriga-se:

7.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores designados.

7.2.2. Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos equipamentos e serviços.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

7.2.4. Efetuar o pagamento em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal e relatório de atividades.

7.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

7.2.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.2.7. Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência ou na proposta apresentada.

8. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

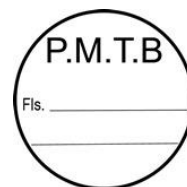
8.1 A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Deusded de Oliveira Pimenta, denominado "Fiscal do Contrato" ao qual competirá verificar se os serviços estão sendo executados de acordo com as especificações do Edital e orientações emanadas pelo Contratante e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Gestor do Contrato para as providências cabíveis.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

8.3. O Fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. Será responsável pela gestão do Contrato o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, João Henrique Kroll, denominado Gestor do Contrato.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E SANÇÕES

9.1 O prazo total de execução dos serviços será de (12) meses, podendo ser prorrogado, observando-se o prazo máximo legal;

9.1.1 O prazo de vigência do Contrato será de (12) meses

9.2. O descumprimento pelo CONTRATADO aos prazos e demais especificações contidas neste Termo de Referência, Edital de Licitação ao qual está vinculado e cláusulas contratuais caracterizará a inexecução total ou parcial do Contrato nos termos do art. 78 da Lei 8666/93, ensejará à rescisão do Contrato e o sujeitará às seguintes previstas no art. 87 incisos I, II, III e IV do referido Diploma Legal.

9.3 A forma e procedimento para aplicação das sanções acima previstas está disposto no Edital de Licitações.

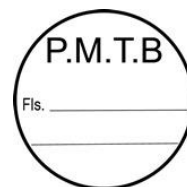
10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento das despesas decorrentes de contratação oriunda da presente licitação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2018	347	08	004	2124	3.3.90.39990000	00511



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

À Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba

Chamamento Público nº. ____/2018

Empresa:

Denominação social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Validade da proposta:

Especificação do objeto/serviço

Credenciamento de Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários, que poderão ser chamados a firmar contrato com o Município de Telêmaco Borba, para prestação de serviços de implantação de microchip, esterilização e eutanásia canina e felina de animais de Telêmaco Borba.

Valores propostos para os serviços:

Microchipagem canina e felina: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Castração felina em macho: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais);

Castração felina em fêmea: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);

Castração canina em macho: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);

Castração canina em fêmea: R\$ 300,00 (trezentos reais);

Eutanásia: R\$ 100,00 (cem reais).

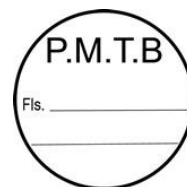
Declaro conhecer e aceitar as condições do Chamamento Público, estando de acordo com as condições de execução dos serviços e dos valores estabelecidos no Chamamento e seus anexos, bem como os propostos neste documento.

Telêmaco Borba, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal ou Procurador da Empresa
(nome, CPF e assinatura)



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO QUADRO SOCIETÁRIO
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Chamamento Público nº ____/2018

Proponente: _____, inscrita no CNPJ nº. ____ com sede à _____ na cidade de _____, CEP _____, Estado do _____ por seu representante legal _____ portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado na cidade de _____ no endereço _____, vem respeitosamente declarar sob as penas da lei, nos termos abaixo:

Declaração que Não Emprega Menor

DECLARA:

Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declaração de Não Parentesco Quadro Societário

DECLARA:

Que seus dirigentes/sócios ou responsáveis legais abaixo relacionados não possuem grau de parentesco com ocupantes de cargo de Direção, Assessoramento ou Chefia na Administração Direta ou Indireta do Município de Telêmaco Borba.

Que, dentre seus dirigentes/sócios, responsáveis técnicos ou legais, equipes técnicas, bem como eventuais subcontratados, não figuraram ou figurarão ocupantes de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Telêmaco Borba.

Composição do quadro societário:

NOME DO(S) SÓCIO(S) (Pessoa Física/Pessoa Jurídica)	CPF/CNPJ	CARGO SOCIETÁRIO

Declaração de Idoneidade

Declaramos, sob as penas da lei, para fins de participação do presente Chamamento, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação, bem como a proponente não se encontra em estado de Inidoneidade declarado ou suspenso, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

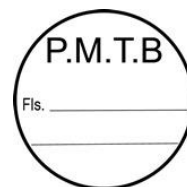
DECLARAMOS ciência de que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios no presente Chamamento, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e de sanções administrativas previstas”.

Telêmaco Borba, ____ de _____ de 2018.

Representante Legal ou Procurador da Empresa
(Nome, CPF e assinatura)



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/XXXX
Protocolo nº XXXX/XXXX
Inexigibilidade nº XX/XXXX
Chamamento Público nº 01/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE OUTRO LADO _____ CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **MÁRCIO ARTUR DE MATOS**, brasileiro, divorciado, profissional liberal, portador do Registro de Identidade Civil n.º 5.166.678-0 SSP-PR e do CPF/MF n.º 652.299.678-20, residente e domiciliado nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, cidade de _____ Estado do Paraná, neste ato representada por _____, brasileiro, portador do Registro de Identidade Civil n.º _____ e do CPF/MF nº _____ residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do Paraná, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente instrumento, pelas condições do Chamamento Público nº ____/2018, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

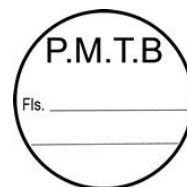
O objeto do presente instrumento refere-se à prestação de serviços de _____ pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, conforme especificações descritas no Edital do Chamamento Público nº 01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

O presente Contrato para todos os fins de direito, está vinculado ao Processo de Credenciamento nº **01/2018** publicado no Boletim Oficial do Município – Ed. _____, de ____/____/2018, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

Os serviços ora contratados deverão ser executados em conformidade às disposições do Edital e especificações contidas e conforme orientações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 55 II)

O presente Contrato de prestação de serviços dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O prazo de execução dos serviços e vigência do presente Contrato será de _____ a contar da data de assinatura do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A execução será conforme necessidade do setor requisitante, com início a partir da assinatura do instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS QUANTITATIVOS E DO VALOR

As quantidades estimadas de serviços anual se dividem conforme segue:

Microchipagem: 800 (oitocentos);
Castração felina em macho: 120 (cento e vinte);
Castração felina em fêmea: 240 (duzentos e quarenta);
Castração canina em fêmea: 240 (duzentos e quarenta);
Castração canina em macho: 180 (cento e oitenta);
Eutanásia: 300 (trezentos).

A título de pagamento pela execução dos serviços, a contratada receberá os seguintes valores:

Microchipagem canina e felina: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
Castração felina em macho: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais);

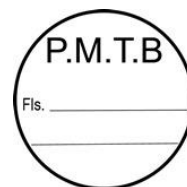
Castração felina em fêmea: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);
Castração canina em macho: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);

Castração canina em fêmea: R\$ 300,00 (trezentos reais);
Eutanásia: R\$ 100,00 (cem reais).



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

O VALOR TOTAL máximo estimado para o presente Contrato é de R\$ _____ (_____), denominado VALOR CONTRATUAL, ocorrendo os pagamentos de acordo com os serviços efetivamente autorizados e executados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses e em caso de reajuste de preços nos serviços contratados neste contrato, será mediante utilização do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) e seguindo os critérios estabelecidos na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias

Exercício da Despesa	Conta da Despesa	Funcional programática	Fonte do Recurso	Verba
2018	301	08.004.2124.0015.0452.1503	501	Própria

As despesas decorrentes de exercícios futuros correrão por conta das dotações correspondentes dos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será mensalmente sendo efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da entrega da nota fiscal dos serviços, atestado pelo fiscal e gestor do contrato.

Parágrafo Primeiro – Por ocasião do pagamento deverá a CONTRATADA apresentar comprovante de regularidade dos tributos municipais (ISS), estaduais e federais incidentes, encargos previdenciários (INSS) e fiscais.

Parágrafo Segundo – Deverão vir junto com os pedidos de pagamento, os documentos comprovando a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – INADIMPLENTO CONTRATUAL - MULTAS (art. 55, VII c/c art 87, II)

O licitante e a contratada que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas,

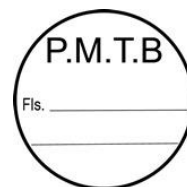
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no inciso I, III e IV do art. 87 da Lei 8666/93, acima previstas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas:

- a)** Pela recusa em retirar Nota de Empenho ou assinar Contrato de Fornecimento (quando exigível este) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho ou do Contrato.

- b)** Pela inexecução parcial, caracterizada pelo atraso injustificado no cumprimento da entrega dos produtos/e ou serviços, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, sobre todo o período moratório, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão do contrato em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa compensatória prevista na alínea c) a seguir.

- c)** Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere na alínea anterior, hipótese em que poderá ser rescindido o contrato.

- d)** Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o Valor Global do Contrato

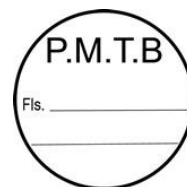
O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor do contratante ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao contratante, decorrentes das infrações cometidas.

Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

A aplicação da multa a que se refere o item 10.2 c) não impede a rescisão unilateral do contrato, nem a aplicação das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao CONTRATANTE, isentando-o de tais ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruição, parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente contrato, inclusive as de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos, ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregados ou afastados, durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

I. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores designados.
- b) Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.



Secretaria Municipal de Administração

- d) Efetuar o pagamento em até 15 dias após o recebimento da nota fiscal e relatório mensal de atividades.
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- f) Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência ou na proposta apresentada.

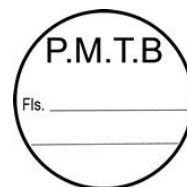
II. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Obedecer às especificações técnicas do objeto, observando a qualidade e prazos exigidos no Edital e Contrato.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento porventura efetuado pelo Contratante.
- c) Respeitar todas as exigências legais para o seu pleno funcionamento de acordo com o ramo de exploração de atividade econômica.
- d) Prever o fornecimento de todos os serviços, materiais, bens e mão de obra necessários para a execução dos serviços.
- e) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- f) Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante.
- g) Responder por quaisquer perdas e danos causados, ainda que involuntariamente, ao Município ou a terceiros.
- h) Atender prontamente as solicitações da contratante.
- i) Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as normas federais, estaduais e municipais.
- j) Orientar o munícipe quanto à guarda responsável de animais domésticos, assim como as zoonoses de importância em saúde pública.
- k) Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no exercício de suas atividades, venha direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados à Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba ou a terceiros.
- l) Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação.
- m) Manter-se durante todo o período de execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Não transferir, no todo ou em parte, a execução do contrato.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

p) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

q) Participar de campanhas de castração e microchipagem de animais do Município quando poderá ser solicitada a participação dos proprietários de animais em palestras de orientação à guarda responsável de animais domésticos, assim como as zoonoses de importância em saúde pública.

III. Constituem Obrigações RECÍPROCAS

a) Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato depende de prévia concordância entre as partes por escrito.

b) Toda providência tomada tanto pelo MUNICÍPIO quanto pela CONTRATADA, visando racionalização ou aperfeiçoamento dos serviços que resulte em alteração nos seus custos, será objeto de renegociação das Cláusulas Financeira deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE se reserva no direito de rescindir a contratação independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie nos seguintes casos: quando a CONTRATADA falir, ou for dissolvida, quando houver inexecução total ou parcial do Contrato ou descumprimento de obrigações legais oriundas da execução do mesmo por parte da CONTRATADA e desobediência da determinação da fiscalização da CONTRATANTE, quando houver atraso dos serviços sem justificativa aceita pela CONTRATANTE pelo atraso de 03 (três) dias corridos.

Parágrafo Primeiro - A rescisão da contratação quando motivada por qualquer dos subitens anteriormente relacionados implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais providências legais cabíveis.

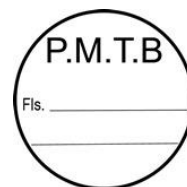
Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir a contratação desde que efetue os pagamentos devidos relativos ao mesmo.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei 8.666/93, referente a Licitações e Contratos Administrativos.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA– DASUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar no todo ou em parte os serviços que compõem o objeto especificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

A CONTRATANTE reserva-se o direito de acrescentar ou reduzir, se julgar necessário, os serviços até o limite estabelecido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações do valor contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporadas a este contrato, mediante Termos Aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

A fiscalização da contratação será exercida pelo Chefe da Divisão de Serviços Públicos, denominado “Fiscal do Contrato” ao qual competirá verificar se os serviços estão sendo executados de acordo com as especificações do Edital e orientações emanadas pelo Contratante e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Gestor do Contrato para as providências cabíveis.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Segundo: Será responsável pela gestão do Contrato o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, denominado Gestor do Contrato.

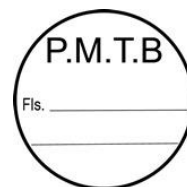
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desse instrumento contratual, os locais e de todas as condições gerais e peculiaridades dos serviços a serem executados, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento deste instrumento.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



Secretaria Municipal de Administração

Qualquer modificação no quadro de sócios da CONTRATADA deverá ser comunicada ao MUNICÍPIO, sob pena de rescisão do presente instrumento. O MUNICÍPIO se reserva, ainda, ao direito de analisar as alterações no sentido de evitar eventuais circunstâncias que possam comprometer a execução do presente instrumento.

A proibição, invalidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato não invalidará ou afetará o mesmo como um todo, devendo permanecer em vigor todas as demais disposições do presente que não tenham sido afetadas pela proibição, invalidade ou inexecutabilidade da cláusula inoperante.

O presente instrumento obriga as partes e seus sucessores, a cumprirem e a fazerem cumprir, a qualquer tempo, as cláusulas ora pactuadas.

O presente instrumento será regido pela Lei nº 8.666/93, pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em especial o disposto no art. 24 da Lei Estadual nº 15.608, de 15 de agosto de 2007.

O Município divulgará através do seu sítio eletrônico oficial para conhecimento dos munícipes o credenciamento, a vigência e eventual descredenciamento da contratada.

A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade em relação as informações decorrentes da execução do contrato de credenciamento, estando sujeito as sanções e penalidades previstas em lei.

O munícipe que se sentir prejudicado pela CONTRATADA, poderá denunciar a irregularidade verificada na prestação dos serviços através do telefone 0800 42 3020 da Ouvidoria Municipal ou através do Protocolo Geral do Município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão regulados na forma estabelecida pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

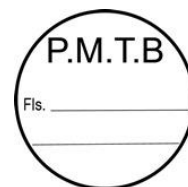
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

Estado do Paraná

CNPJ: 76.170.240/0001-04

Marcio Artur de Matos

Prefeito

Nome da contratada

CNPJ: _____

Nome representante da contratada

CPF: _____

Cargo do representante

Nome do Gestor do contrato

CPF: _____

Gestor(a) do Contrato

Nome do Fiscal do contrato

CPF: _____

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

1) Nome:

CPF:

2) Nome:

CPF: